

A GAZETA — VITÓRIA (ES), TERÇA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 1980

Andreazza vem e assina convênios com Eurico

O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou ontem que um dos maiores problemas de sua pasta tem sido localizar os conjuntos habitacionais próximos dos centros de atividades da população, visando diminuir as despesas dos trabalhadores com o transporte. Ele presidiu na manhã de ontem, no salão nobre do Palácio Anchieta, solenidade de implantação no Espírito Santo do Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap), que prevê investimentos da ordem de Cr\$ 15.844.718.400,00, no período de 1980-85, e assinaturas de convênios no montante de Cr\$ 588.367.016,04.

Em entrevista coletiva concedida à imprensa, Mário Andreazza disse que qualquer pessoa de renda familiar até cinco salários mínimos pode se inscrever para obtenção da casa própria, pelo sistema de financiamento do BNH, pois as prestações não ultrapassam 1/10 da renda familiar, o que satisfaz os objetivos do Ministério do Interior de atender com habitação as famílias de baixo poder aquisitivo. Assinalou que, ao contrário do que vinha ocorrendo em anos anteriores, o Banco Nacional da Habitação não mais aprova projetos de casas populares sem a inclusão de todas as obras de infra-estrutura, como pavimentação, drenagem, iluminação, escolas e postos de saúde, além de outros instrumentos básicos.

PLANHAP

Na presença do ministro Mário Andreazza, o presidente do Banco Nacional da Habitação, José Lopes de Oliveira, o governador Eurico Rezende e o diretor de Supervisão da Área de Programas de Natureza Social do BNH, Zaven Boghossian, assinaram um convênio que prevê a instituição no Espírito Santo do Plano Nacional da Habitação Popular.

O Planhap prevê investimentos de Cr\$ 15.844.718.400,00, a serem aplicados até 1985, visando dar continuidade ao planejamento e execução dos investimentos em habitação, infra-estrutura e equipamentos, conferindo prioridade às regiões de menor desenvolvimento relativo; ampliar gradativamente as oportunidades de acesso à habitação para as famílias de menor poder aquisitivo; dar ênfase especial ao desenvolvimento e à aplicação do programa de lotes urbanizados; proporcionar condições para melhoria e ampliação da oferta de serviços urbanos básicos, mediante formulações mais amplas, integrando, sobre o espaço urbano, recursos e ações setoriais.

Em seguida ao lançamento do Planhap no Espírito Santo, foi assinado um protocolo entre o Ministério do Interior e o governo do Estado visando a recuperação, através do Promorar, de áreas insalubres a serem utilizadas para edificação de unidades habitacionais para famílias de baixa renda. Através do protocolo ficou criado o grupo de trabalho, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

As solenidades de ontem, no Palácio Anchieta, compreenderam também as assinaturas de contratos de projetos habitacionais para o bairro Guaranhuns, em Vila Velha, onde está prevista a construção de 200 unidades habitacionais.



Andreazza firmando os convênios

ao BNH, tentando a liberação do Fundo de Garantia para recuperação dos imóveis, não sendo atendidos, em sua maioria, sob alegação de que o pedido não fora feito em tempo hábil.

COLETIVA

Na entrevista coletiva à imprensa, Mário Andreazza estimou em 1,5 milhão de pessoas que subabitam hoje no país, e por isso dependem da assistência do BNH, número que pretende atender dentro dos próximos cinco anos. Abordado sobre o alcance do plano nacional de habitação dentro da faixa de famílias de baixa renda, o ministro considerou satisfatória as facilidades que são concedidas atualmente, beneficiando trabalhadores que ganham de um a cinco salários mínimos mensais.

Quanto aos inúmeros conjuntos habitacionais, inclusive no Espírito Santo, que foram entregues sem importantes obras de infra-estrutura, Andreazza enfatizou que atualmente nenhum projeto que não prevê todas as necessidades básicas para os moradores dos conjuntos "é aprovado pelo BNH, "a fim de evitar a repetição dos fatos anteriores".

Declarou que o Ministério do Interior vem tomando medidas para controlar as migrações internas no país, de forma a fixar o homem no interior, e assinalou que essa tarefa tem exigido a participação de todos os ministérios, uma vez que são vários os fatores que motivam as migrações.

de projetos habitacionais para o bairro Guaranhuns, em Vila Velha, onde estão previstas 209 casas, a serem construídas/ no valor total de Cr\$ 60.677.772,80; outro para Porto Canoa, no município da Serra, com 848 unidades e investimentos de Cr\$ 321.956.761,60.

Por fim, foi celebrado um convênio com a Prefeitura de Vitória para implantação de 3.638 lotes urbanizados, com custo de Cr\$ 205.732.481,64, em áreas de subabitação do município. Serão atingidos os bairros São Pedro, com 850 unidades; Andorinhas, com 108; Joana D'Arci, com 1.080; Santa Maria e Monte Belo, com 600 e Itararé, com 1.000, abrangendo ao todo 17.540 pessoas.

Durante a cerimônia no Palácio Anchieta, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória, Heráclito Lopes Patrício, entregou ao ministro Andreazza um abaixo-assinado, com 65 rubricas, em que pede providências contra a ação das enchentes, no município de Aimorés e outros locais ribeirinhos ao rio Doce. O documento assinala que cerca de 300 ferroviários que tiveram suas casas atingidas pelas enchentes do ano passado e apelaram

para a construção de conjuntos habitacionais, uma vez que são vários os fatores que motivam as migrações.

O ministro reconheceu falhas nas localizações dos conjuntos habitacionais, muitos dos quais obrigam os trabalhadores a gastarem quantias elevadas de seus salários, com o transporte de massa, por estarem situados distantes dos centros de atividades e de emprego. Contudo, explicou que um dos fatores que motivam este problema diz respeito às dificuldades de aquisição de terrenos em áreas mais privilegiadas, com condições de oferecer maiores facilidades de deslocamento aos trabalhadores.

Andreazza, entretanto, informou que foi celebrado um convênio entre o BNH e a EBTU, visando o estudo de providências no sentido de conjugar o planejamento habitacional com o transporte, de forma a oferecer facilidades aos trabalhadores no seu deslocamento casa-trabalho e vice-versa. Além disso, será feito — segundo o ministro — cadastramento dos terrenos disponíveis dos governos estaduais e da União, visando contornar as dificuldades encontradas para localização dos conjuntos habitacionais.



Andreazza foi, com Carlito e Eurico, ver as condições da praia de Camburi.

Garantidas verbas para Camburi

Bastante entusiasmado, o prefeito de Vitória, Carlito von Schilgen, recebeu do ministro Mário Andreazza, do Interior, a promessa de que os Cr\$ 80 milhões solicitados ao Banco Nacional da Habitação para aplicação no aterro da praia de Camburi serão viabilizados, e parte desses recursos serão liberados em curto espaço de tempo. Ao desembarcar em Vitória, ontem, Andreazza foi até Camburi, onde lhe foi mostrado o estado em que se encontra a avenida Dante Michelini, bastante danificada pela ação da maré que, até agora, a municipalidade não conseguiu controlar definitivamente.

O ministro Andreazza, em discurso proferido no Palácio Anchieta, onde presidiu solenidade de implantação do Plano Nacional da Habitação Popular no Espírito Santo e assinaturas de contratos no mesmo setor, disse que os recursos solicitados ao BNH pela Prefeitura de Vitória estão assegurados, e manifestou esperanças de que o mesmo possa ser conseguido junto da Portobrás, DNOS, e Companhia Vale do Rio Doce, de quem a municipalidade depende para efetuar o aterro em Camburi.

Carlito von Schilgen, depois de conversar com o ministro Andreazza — durante o percurso feito entre

o aeroporto de Goiabeiras e a praia de Camburi — não conseguiu esconder o entusiasmo resultante da promessa que recebeu. Mais tarde, já no Palácio Anchieta, Andreazza reforçaria o que anunciara Carlito, dizendo que os recursos pleiteados ao BNH estavam assegurados.

Em Camburi, Carlito comentou com Andreazza que os recursos solicitados na área federal se justificavam, pois a margem da avenida Dante Michelini que faz divisa com a praia havia se desmoronado "umas 15 vezes", como consequência de ressacas do mar. Há alguns meses, uma faixa de tráfego daquela pista está inereditada e não há previsão, pelo menos de acordo com informes oficiais, de quando poderá ser utilizada pelos veículos.

Todas as obras até agora realizadas na praia de Camburi, visando dar maior segurança à avenida Dante Michelini contra a ação do mar, mostraram-se insuficientes. A última delas, no entanto, compreendendo o enrocamento de pedras que tomou uma faixa usada antes pelos banhistas continua resistindo à força marítima, mas a prefeitura quer fazer uma obra em caráter definitivo, que resultará no aterro de uma faixa do mar.